



Report on the Sustainable Development Goals - Report done under the “EIIE Empower – Learn – Lead – Expand: YOUth4SDGs changing the rules transforming our world” KA2 Project under the Erasmus+ Programme of the European Union

– PORTUGAL –

Relatório realizado sob o “EIE Empower – Learn – Lead – Expand: YOUth4SDGs changing the rules transforming our world” Projecto KA2 sob o Programa Erasmus+ da União Europeia

Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável:

Em Setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, composta por 17 Objectivos e 169 metas, abrangendo questões sociais, económicas e ambientais por todo o mundo. Esta Agenda universal e ambiciosa exige uma quantidade sem precedentes de dados e estatísticas acessíveis, confiáveis e desagregados para monitorizar a sua realização efectiva, garantindo o objectivo final de “não deixar ninguém para trás”. Tal representa um grande desafio para os sistemas estatísticos nacionais, mas também oferece uma grande oportunidade para a sua modernização, tornando mais tangíveis os objectivos do lema “melhores dados, melhores vidas”.

Uma lista de indicadores globais para medir o cumprimento das metas dos ODS foi adoptada pela 48ª Sessão da Comissão de Estatística da ONU, em Março de 2017, após um processo de preparação completo liderado pelo Grupo de Especialistas Interinstitucionais em indicadores dos ODS (IAEG-ODS)

A lista de indicadores também foi adoptada pela Assembleia Geral da ONU por meio da Resolução sobre o “Trabalho da Comissão de Estatística no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, em Julho de 2017. Esta resolução reconhece a importância de ter um quadro estatístico sólido para medir o progresso nos ODS e de assegurar o papel central dos institutos nacionais de estatística na produção e coordenação de estatísticas.

Esta estrutura para medir o progresso dos ODS consiste em 244 indicadores globais (232 sem duplicação) classificados em três níveis, de acordo com a disponibilidade de dados e o nível de desenvolvimento metodológico, conforme mostra a figura abaixo.

A lista está sujeita a melhoramentos anuais e análises abrangentes a serem feitas em 2020 e 2025.

Os países podem seleccionar ou estabelecer um conjunto de metas específicas consideradas relevantes de uma perspectiva nacional, bem como definir os indicadores apropriados para monitorar o progresso. Para garantir fluxos de dados claros e transparentes, os países também são encorajados a criar plataformas de dados nacionais servindo como repositórios para as informações compiladas.

As agências de custódia (agências internacionais responsáveis por cada indicador, nomeadamente avanços metodológicos e comparabilidade internacional) podem contar com estas plataformas nacionais para alimentar a Base de Dados Global de Indicadores ODS com dados nacionais. O seu papel é desempenhado sob mandatos existentes e mecanismos de relatório e são aconselhados a manter uma estreita coordenação com os sistemas estatísticos nacionais, nomeadamente no que se refere à validação de estimativas e ajustamentos de dados, quando necessário. Esse banco de dados apoia a preparação do relatório anual da ONU sobre o progresso dos ODS a nível global.

O Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (High Level Political Forum on Sustainable Development Goals - HLPF) tem um papel central no acompanhamento e revisão dos ODS

a nível global. Os países são incentivados a submeter revisões nacionais voluntárias sobre a implementação dos ODS a este Fórum, pelo menos duas vezes até 2030.

Monitorização nacional:

Portugal apresentou a sua primeira Avaliação Nacional Voluntária (VNR) ao HLPF em Julho de 2017. O relatório é o resultado de uma estreita cooperação interministerial e os esforços de consulta pública levados a cabo sob a coordenação geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros em articulação com o Ministério de Planeamento e Infra-estruturas. As Comissões Interministeriais de Política Externa (CIPE) e de Cooperação (CIC) são ambas os foros privilegiados para coordenação da implementação nacional da Agenda e da integração dos ODS na cooperação para o desenvolvimento.

O Instituto Nacional de Estatística, como “principal organismo de produção e divulgação das estatísticas oficiais”, foi convidado a integrar o CIPE para as matérias relacionadas com as estatísticas para os ODS. Neste contexto tem contribuído para o VNR, nomeadamente com um capítulo sobre o acompanhamento da implementação nacional da Agenda 2030. Também tem trabalhado em estreita cooperação com ministérios sectoriais para mapear indicadores e fontes existentes, bem como disseminar informações relevantes. Essas tarefas foram atribuídas a um grupo de trabalho interno, também responsável pelo acompanhamento das iniciativas europeias e globais sobre os ODS e indicadores relacionados.

Como resultado prático do trabalho deste grupo, desde Abril de 2017 está disponível no website do INE uma plataforma de dados com indicadores ODS disponíveis para Portugal, sendo actualizada regularmente. Um comunicado de imprensa também foi publicado em Maio de 2017 com informações adicionais sobre a Agenda 2030 e o processo de monitorização nacional.

Este grupo de trabalho também realizou uma avaliação da disponibilidade de indicadores ODS globais a nível nacional.

Sem surpresa, a conclusão é que as estatísticas oficiais disponíveis (41%) não cobrem todos os indicadores. Ainda há muitos indisponíveis ou em estudo e ¼ está fora do escopo (como indicadores que medem realidades específicas de países em desenvolvimento ou que estão, sem dúvida, fora do escopo estatístico).

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

A informação apresentada neste capítulo sobre os ODS globais é muito rica e diversificada, dando uma visão geral do progresso de Portugal rumo à Agenda 2030.

Comparando com a realidade europeia, é importante contextualizar os indicadores. As possíveis conclusões devem, no entanto, contemplar dois aspectos cruciais: Portugal apresenta diferenças estruturais em relação à UE, anteriores ao período em análise, e a gravidade da crise económica foi mais grave em Portugal. O diferente ritmo de crescimento económico desde o início da década, bem

como o comportamento de outros indicadores socioeconómicos, foram de facto condicionados pela maior intensidade da crise económica e consequente processo de reajustamento em Portugal.

Alguns indicadores precisam de ser avaliados com cautela, pois podem ser influenciados por eventos especiais que podem tornar o seu significado menos claro (ex: chuvas e o seu consequente impacto na produção de energia ou nas emissões atmosféricas).

Como observação final, dado que a lista de indicadores globais resulta de discussões ao mais alto nível internacional, é importante notar que muitos dos indicadores seleccionados para monitorar o desempenho das metas globais devem ser complementados por indicadores nacionais que proporcionem uma leitura estatística mais adequada da realidade do país.

Os leitores interessados podem encontrar um vasto conjunto de indicadores nacionais sobre temas específicos no website do INE, como por exemplo: Europa 2020, Portugal 2020, Género, Índice de Bem-estar, Território, entre outros, contribuindo para contextualizar as políticas de desenvolvimento nacionais.

Objectivo 1 – Erradicar a pobreza

- Em Portugal, 18,3% dos residentes estavam em risco de pobreza em 2016, menos 0,7% do que em 2015 e menos 1,2% do que em 2013 e 2014, mas ainda em proporção superior a 2010 (18,0%).
- As crianças eram as mais afectadas pelo risco de pobreza: em 2016, 20,7% dos menores de 18 anos estavam em risco de pobreza, face a 18,1% dos adultos em idade activa e 17,0% dos idosos.
- O risco de pobreza continuou a afectar uma proporção considerável de pessoas ocupadas em 2016 (10,8%).
- O peso relativo da despesa pública nacional com serviços essenciais (educação, saúde e protecção social) atingiu o seu pico em 2016 (64,1%), aumentando 3,1% desde 2010.

Objectivo 2 - Fome zero

- Hoje em dia, a questão sobre a ingestão inadequada de alimentos nos países em desenvolvimento está principalmente relacionada a uma proporção crescente de pessoas com problemas de excesso de peso e obesidade: os dados mais recentes indicam que a maioria da população com 18 anos ou mais (4,5 milhões) estava com excesso de peso ou obesidade em 2014.
- Em 2016, a agricultura orgânica representava 5,1% da área agrícola utilizada nacional (2,7% em 2009).
- Entre 2010 e 2016, os subsídios à exportação agrícola mostraram uma tendência claramente decrescente com valores residuais desde 2014.

Objectivo 3 - Saúde e bem-estar

- Os indicadores estatísticos sobre a saúde da criança colocam Portugal numa posição favorável, com uma taxa de mortalidade neo-natal de 1,8 ‰ e 3,2 óbitos de menores de 5 anos por 1.000 nascimentos em 2017, ambos os casos com número inferior ao estimado pelas Nações Unidas para a Europa e América do Norte em 2015 (3,5 ‰ e 6,2 ‰, respectivamente).
- A tuberculose foi a doença de notificação obrigatória com maior taxa de incidência no período em análise, com destaque para 17,1 casos por 100.000 habitantes em 2016, valor inferior ao estimado para a Europa e América do Norte em 2015 (23 por 100.000 habitantes).
- A taxa de incidência de hepatite B em Portugal foi 1,8 por 100.000 habitantes em 2016, número que reflecte um ligeiro aumento em relação ao ano anterior (1,3 por 100.000 habitantes).
- No mesmo ano, foram notificadas 1.030 novas infecções por HIV contabilizadas ou seja, 0,10 por 1.000 habitantes, 0,08 a menos que em 2010 e inferior ao valor estimado em 2015 para a Europa e América do Norte (0,24).
- Em 2016 morreram prematuramente em Portugal cerca de 304 pessoas por 100.000 habitantes devido a doenças do aparelho circulatório, neoplasias malignas, doenças respiratórias crónicas e diabetes, sendo os dois primeiros grupos de doenças responsáveis por mais de 50% do total de mortes no país; entre 2010 e 2016, a taxa de mortalidade de 30 a 70 anos atribuída a essas doenças aumentou quase 20% (257 por 100.000 habitantes em 2010).
- A taxa de mortalidade por suicídio foi de 9,5 por 100.000 habitantes em 2016, ou seja, o menor valor no período de 2010 a 2016, e inferior à estimativa das Nações Unidas para a região da Europa e América do Norte em 2015 (14,7 por 100.000 habitantes).
- O número de óbitos por acidentes de trânsito em 2016 foi de 6,4 por 100.000 habitantes, diminuindo em relação aos dois anos anteriores (7,1 por 100.000 em 2014 e em 2015).
- Em 2014, 60,9% das mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) relataram usar um método contraceptivo moderno.
- A taxa de fecundidade de adolescentes (15-19 anos) mostra uma tendência de queda nos últimos anos, com 8,1 nascidos vivos por 1.000 mulheres de 15 a 19 anos em 2016, 6,4 pontos a menos que em 2010 (14,5 ‰).
- De acordo com os dados mais recentes (2014), 20,0% da população com 15 anos ou mais fumava regularmente, 16,8% fumava diariamente e quase ¼ referiu ter tido pelo menos um episódio de consumo excessivo de álcool.
- Em 2016 existiam 6,7 enfermeiros, 4,9 médicos, 1,6 farmacêuticos e 0,9 dentistas por 1.000 habitantes, com o aumento gradual da disponibilidade de profissionais face ao início da década.

Objectivo 4 - Educação de qualidade

- Os testes realizados pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Programme for International Student Assessment - PISA) revelam que 82,8% dos jovens com 15 anos em Portugal atingiram um nível mínimo de proficiência em leitura em 2015, acima da percentagem da UE28 no mesmo ano (80,3%).
- Os testes efectuados pelo PISA revelam também que 76,2% dos jovens com 15 anos em Portugal atingiram, em 2015, um nível mínimo de proficiência em Matemática, inferior à percentagem da UE28 no mesmo ano (77,9%), ao contrário do observado para proficiência na leitura. Ainda assim, o percentual em 2015 mostra um aumento de 1,1% na proporção de crianças com nível mínimo de proficiência em Matemática em relação a 2012 (75,1%).
- Os resultados da Pesquisa de Educação de Adultos realizada em 2016 mostraram que 80,7% dos jovens de 18 a 24 anos e 46,0% das pessoas de 25 a 64 anos participavam de cursos formais ou educação não formal. A análise por sexo e grande faixa etária revela algumas diferenças entre homens e mulheres, nomeadamente uma maior taxa de participação das mulheres dos 18 aos 24 anos (82,6% vs. 78,9% dos homens), ao contrário das pessoas dos 25 aos 64 anos, com uma participação da taxa de escolaridade formal ou não formal mais elevada para os homens (47,6%) do que para as mulheres (44,7%).
- A disseminação de competências TIC em Portugal entre os 16 a 24 anos é superior ao estimado para a UE28, ao contrário do grupo dos 16 a 74 anos, com proporção nacional inferior à europeia.

Objectivo 5 - Igualdade de género

- A proporção de mulheres ocupadas em cargos de chefia aumentou 0,4% entre 2011 (1,7%) e 2017 (2,1%).
- Em 2015, as mulheres representaram pela primeira vez 33,0% do total de representantes eleitos.
- Em 2016, 38,7% da população agrícola era proprietária de terras, quando em 2013 essa proporção era de 36,7%.
- A proporção de mulheres no número total de gestoras sob forma de trabalho autónomo aumentou de 29,1% em 2013 para 30,7% em 2016.

Objectivo 6 - Água potável e saneamento

- Em 2016, 96,2% das moradias no continente (95,1% em 2011) e 99,3% na Região Autónoma da Madeira (meta nacional de 95% para 2020) eram servidas pela rede pública de abastecimento de água.
- O percentual de água controlada e de boa qualidade (água potável) atingiu 98,7% em 2016 (97,1% em 2011).
- Em 2017, 0,8% dos moradores e 2,9% da população em risco de pobreza não tinham banho, nem chuveiro, nem sanita com autoclismo no interior da casa.

- O desempenho da percentagem de alojamentos cobertos por serviços de drenagem foi positivo, progredindo a uma taxa média de crescimento anual de 1,2%, atingindo, em 2016, 84,7% (meta nacional de 90% para 2020).
- No segundo ciclo do plano de gestão de bacia hidrográfica, (2013-2015), 42,0% da área dos corpos hídricos tinha classificação de “bom” ou superior.

Objectivo 7 - Energia limpa e acessível

- A contribuição da energia proveniente de fontes renováveis para o consumo final bruto de energia aumentou de 24,2% em 2010 para 28,5% em 2016.

Objectivo 8 - Trabalho decente e crescimento económico

- Entre 2010 e 2017, três anos consecutivos de decréscimo do PIB em Portugal (entre 2011 e 2013), destacou-se em 2017, com subsequentes crescimentos sucessivos, a maior taxa de crescimento da série em análise (2,9%).
- Entre 2010 e 2017, a produtividade por pessoa ocupada tende a apresentar taxas de crescimento anual menores, mesmo diminuindo em 2014 e 2017.
- Entre 2010 e 2016, o consumo doméstico de materiais diminuiu 22,1% face a uma redução do PIB de 2,8% em volume, ilustrando alguma desmaterialização da economia portuguesa.
- A taxa de desemprego da população com 15 e mais anos aumentou de 12,7% em 2011 para 16,2% em 2013, tendo diminuído continuamente desde esse ano, com 8,9% em 2017.
- Em 2017, a taxa de desemprego dos jovens (15 a 24 anos) era de 23,9%, menos 4,1% que no ano anterior e menos 14,2% que em 2013 (38,1%).
- Em 2017, a taxa de jovens de 15 a 24 anos sem emprego, educação ou formação foi de 9,3%, menos do que em todos os anos de 2011 a 2016.
- Em 2016, o VAB gerado pelo turismo atingiu 7,1% do VAB da economia nacional, +0,4% em relação ao ano anterior, observando-se um crescimento mais rápido do que a economia nacional (3,6% e 2,7%, respectivamente em 2015 e 2016).
- Outros estabelecimentos de intermediação monetária por 10.000 habitantes diminuíram entre 2010 e 2016.
- O número de caixas multibanco disponíveis por 10.000 habitantes diminuiu entre 2010 e 2016.
- De acordo com os dados mais recentes, 96,1% das famílias residentes possuíam depósitos à ordem ou poupança em 2013, aumentando 1,3% face a 2010 (94,8%), o que conduziu a uma convergência substancial do indicador para a Zona Euro.

Objectivo 9 - Indústria, inovação e infra-estruturas

- Entre 2010 e 2017, verificou-se um acréscimo do valor acrescentado gerado pela indústria no PIB nacional (+0,6 %), em consequência do maior crescimento do VAB face ao PIB, atingindo 12,2%.
- Entre 2011 e 2017, para a população empregada dos 15 aos 74 anos, o emprego na indústria transformadora representava, em média, cerca de 17% do emprego total em Portugal.
- A proporção da R&D no PIB em Portugal apresentou uma tendência decrescente entre os anos de 2010 e 2015, com uma ligeira recuperação em 2016 (1,27% do PIB).
- Na actividade de transportes, o destaque vai para o transporte aéreo, com os aeroportos nacionais a registarem a movimentação de 45,3 milhões de passageiros em 2016 (+ 56,6% face a 2010). As empresas portuguesas asseguraram o transporte de 12,6 milhões de passageiros em 2016 (+ 14,9% face a 2010).
- O índice de VAB das indústrias de pequena escala na indústria foi de 7,9% em 2016.
- Alentejo Litoral, Alto Minho, Região de Aveiro, Terras de Trás-os-Montes e Alentejo Central são as cinco regiões com maior especialização tecnológica do país, em termos de VAB.
- Nas telecomunicações, a rede móvel tinha cobertura quase total em 2016 (99,8% da população, 99,0% em 2010), com a tecnologia LTE/4G atingindo uma cobertura de 98,8%.
- Entre 2010 e 2016, as emissões de CO2 por unidade de VAB da indústria de transformação diminuíram a uma taxa média anual de 4,2%, atingindo, em 2016, o valor mínimo da série em análise (0,35 kg CO2 por unidade de VAB).

Objectivo 10 - Desigualdades reduzidas

- Em 2016, o rendimento monetário disponível mediano equivalente da população total aumentou 3,3% em relação ao ano anterior e 7,9% em 2010.
- A evolução do rendimento médio disponível por equivalente adulto para a população em risco de pobreza, embora positiva desde 2014, apresenta taxas de aumento muito inferiores: 2,8% em relação a 2015 e 2,6% em comparação a 2010.
- Em Portugal, entre 2010 e 2017, o peso do trabalho no PIB apresentou uma tendência decrescente (em 2010 este rácio era de 47,2%, em 2017 era de 44,4%).

Objectivo 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

- A concentração média anual das partículas poluentes PM2,5 e PM10 foi, respectivamente, em 2016, 7 µg/m3 e 17 µg/m3, abaixo dos respectivos valores limite estabelecidos para a protecção da saúde pública.

Objectivo 12 - Consumo e produção responsáveis

- O DMC foi, em média, de 165 milhões de toneladas no período em análise, apresentando uma variação negativa média anual de 4,1%.
- Em 2016 Portugal já tinha ratificado os acordos ambientais (convenções de Basileia, Roterdão e Estocolmo) com o objectivo comum de proteger a saúde humana e o meio ambiente.
- A quantidade de resíduos perigosos gerados pelas actividades económicas aumentou a uma taxa média de crescimento anual de 4,1%, superior em 1,3 vezes ao crescimento dos resíduos totais, representando em 2016, 8,0% do total de resíduos gerados.
- Os resíduos secundários (resíduos minerais do tratamento de resíduos) constituem a maior fracção dos resíduos perigosos (média de 34,6% no período em análise).
- A proporção de resíduos urbanos preparados para reaproveitamento e reciclagem aumentou 12,5% desde 2012, atingindo o resultado de 37,8% em 2016 (meta nacional para 2020 de 50%).
- Desde 2013, tem-se visto uma redução da quantidade de resíduos urbanos biodegradáveis que vão para aterros e em 2016 Portugal já tinha ultrapassado o objectivo nacional para 2020, com 34,1% da quantidade total em peso de resíduos urbanos biodegradáveis gerados em 1995 (objectivo nacional para 2020 de 35%).

Objectivo 13 - Acção climática

- O mundo precisa de antecipar, de se adaptar e de se tornar resistente quanto aos impactos actuais e futuros esperados das mudanças climáticas. O acompanhamento deste objectivo está a ser efectuado por indicadores internacionais, fora do âmbito estatístico, podendo ser reforçados por outros indicadores do Sistema Nacional de Estatística num futuro próximo.

Objectivo 14 – Vida debaixo de água

- Em 2017, as áreas marinhas protegidas nacionais ocupavam uma área de cerca de 304.194 Km², o que corresponde a cerca de 7% do mar português.
- Entre 2010 e 2013, a importância relativa de R&D em tecnologia marinha no investimento total em propriedade intelectual dos produtos, variou de um máximo de 2,5% em 2012, a um mínimo de 1,8% em 2011.

Objectivo 15 - Vida na Terra

- A área florestal em Portugal representava 35,4% da área geográfica nacional em 2010, menos 0,4% que em 2005.

Objectivo 16 - Paz, justiça e instituições fortes

- A proporção de reclusos provisórios nos estabelecimentos penitenciários gerais foi de 15,4% em 2016, mantendo uma tendência decrescente (menos 4,5% que em 2010 e menos 0,8% que em 2015).

Objectivo 17 - Parcerias para as metas

- Entre 2010 e 2016, observou-se uma tendência de crescimento da importância relativa das receitas fiscais no PIB, com um maior crescimento até 2013 e uma relativa estabilização desde então.
- Em 2016, para o acesso à Internet em banda larga terrestre, existiam 32,7 assinaturas por 100 habitantes (+ 62,8% face a 2010), predominando o cabo e a fibra óptica (10,8 e 10,6 assinaturas por 100 habitantes, respectivamente).
- Em 2017, de acordo com o inquérito à utilização das TIC nos agregados familiares e por particulares, a utilização quotidiana da Internet continuou a ser menos frequente em Portugal (63%) do que na UE28 (72%), apesar de um aumento de 25% desde 2010 (38%).

